



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016

São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN NO PROCESSO INCLUSIVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

TERESINHA MARIA DOS SANTOS

VELEIDA ANAHI DA SILVA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

SUMO

Síndrome de Down é uma alteração genética que acarreta algumas limitações nos portadores, que necessitam de condições especiais na aprendizagem através da estimulação precisa e adequada para desenvolver-se intelectualmente. Sendo assim, é fundamental que as escolas tenham profissionais especializados para estimular as condições de aprendizagem de cada indivíduo que tenha a síndrome, que, o processo da educação inclusiva requer empenho de todos que convivem com os deficientes, prática interdisciplinar e de inclusão se fazem necessárias na tentativa de conseguir bons resultados. Neste seguimento o estudo tem como objetivo compreender as dificuldades de aprendizagem das pessoas com a Síndrome através de pesquisa bibliográfica que contemple o tema.

Palavras-chave: Síndrome de Down; Aprendizagem; Educação Inclusiva

STRACT

Down syndrome is a genetic alteration that entails some limitations in carriers, which require special conditions on learning through accurate and appropriate stimulation to develop intellectually. Therefore, it is essential that schools have professionals specialized in stimulating learning conditions for every individual who has the syndrome, since the process of inclusive education requires commitment of all that coexist with the handicapped, interdisciplinary and practice of inclusion are needed in an attempt to get good results. In this follow-up to the study aims to understand the

ringing difficulties of people with the syndrome through bibliographical research covering the topic.

ywords: Down syndrome; Learning; Inclusive Education

INTRODUÇÃO

Síndrome de Down é uma alteração cromossômica que compromete o desenvolvimento intelectual físico do indivíduo, entretanto não o impede de seguir uma vida normal com as limitações culiaries da Síndrome, desde que, tenha um acompanhamento adequado com profissionais de ucação e saúde. Alguns estudos trazem a Síndrome de Down como uma deficiência mental, mas awartzman (1999, p. 243) ressalta que “a síndrome é um erro genético presente desde o momento concepção ou imediatamente após (...)”.

ndo assim, mesmo possuindo algumas limitações o sujeito pode ter uma vida normal e realizar vidades diárias da mesma forma que outra pessoa considerada “normal”. Embora o Down necessite acompanhamento específico para desenvolver o processo de aprendizagem, porquanto esta culdade juntamente com os distúrbios de conduta e a problemática de sua interação completam, is não esgotam o quadro de possibilidades na educação do aluno com Síndrome de Down (HAWARTZMAN, 1999).

essoa com a Síndrome tem habilidades e precisa aprender como qualquer ser humano considerado rmal, entretanto, necessita de estímulo adequado para desenvolver seu potencial intelectual. Desta ma, o objetivo desse artigo foi compreender as dificuldades de aprendizagem dos indivíduos com a idrome de Down. Pois, mesmo com todas as possibilidades de ter uma vida normal o Down conta n o preconceito latente da sociedade em prol de limitar o acesso dos “deficientes”, as escolas isideradas “normais”, devido à falta de informações consistente sobre a Síndrome e de fissionais especializados para trabalharem com este grupo.

sta forma o tema em estudo se apresenta relevante, à medida que se reporta a uma temática nplexa e de interesse social, já que, as pessoas com Síndrome de Down representam uma parcela nificativa da população que necessita terem seus direitos respeitados na sociedade. Nesse andro a construção metodológica foi baseada em artigos, livros com o intuito de buscar rmações peculiares ao assunto através de um conteúdo mais consistente.

CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN

síndrome de Down é uma condição genética, reconhecida há mais de um século por John Langdon Down, que constitui uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual (DI) compreendendo cerca de 18% do total de deficientes em instituições especializadas. Langdon Down apresentou uma descrição clínica da síndrome, entretanto erroneamente estabeleceu associações com caracteres étnicos, e chamou a condição inadequadamente de idiotia mongoloide (DOWN, 1886).

Com o tempo passou e foi descoberto que além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer com as pessoas que têm a síndrome de Down: cardiopatia congênita (40%); hipotonia muscular (10%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 2%); distúrbios da tireoide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce. Em termos de desenvolvimento, a síndrome de Down, embora seja de natureza subletal, não deve ser considerada geneticamente letal quando se considera que 70–80% dos casos são eliminados prematuramente (COOLEY e GRAHAM, 1991).

Remberg et al (1994) consideram o retardo mental característica patognomônica na síndrome de Down, concordando com Benda (1960) quando argumenta que essa denominação define uma forma específica de deficiência mental associada a certas características físicas. Registros na literatura e a experiência dos autores mostram, entretanto, casos de trissomia 21 com desenvolvimento intelectual médio ou mesmo normais.

Estudos contemporâneos realizados no Brasil, EUA, Dinamarca e França mostram que a maioria dos Down tem um desempenho na faixa de retardo mental entre leve e moderado. A melhor capacidade cognitiva tem sido atribuída ao mosaicismos cromossômico, além de outros fatores como o conjunto genético do indivíduo e a influência de fatores epigenéticos e ambientais.

De forma geral, os teóricos da área apontam como características do Down a calma, a afetividade, o amor, prejuízos intelectuais que podem interferir no comportamento desses indivíduos. A personalidade varia de pessoa para pessoa e estes podem apresentar distúrbios do comportamento, tendências de conduta e ainda seu comportamento pode variar quanto ao potencial genético e características culturais, que serão determinantes no comportamento (SCHWARTZMAN, 1999).

Observa-se que não existe um padrão para pessoas com Síndrome de Down (SD), dependendo do grau de estimulação, umas podem realizar tarefas com mais facilidades que outras, mas é consenso que, quando estimuladas, mostram desenvolvimento progressivo tanto nas tarefas do dia-a-dia quanto nas relações sociais (CARDOSO, 2003).

Do ponto de vista de Cardoso (2003) esclarece que a pessoa com Síndrome tem condições de desenvolver-se intelectualmente podendo aprender bastando que a escola especial e regular respeite o tempo e limitações, entretanto o acompanhamento de profissionais especializados é de suma

portância para trilhar os procedimentos adequados, já que, as dificuldades existem e na grande maioria dos casos são generalizadas, que afetam todas as capacidades: linguagem, autonomia, habilidades e integração social, que podem se manifestar em grau maior ou menor (SCHWARTMAN, 1999).

I O Processo de Aprendizagem da Pessoa com Síndrome de Down

Aprender é uma realidade presente na vida do SD principalmente após o aumento da perspectiva de vida juntamente com as possibilidades de inserção social no âmbito considerado antigamente como impossível para os considerados “diferentes” do padrão imposto pela sociedade. Na atualidade o aumento da expectativa de vida e as descobertas em relação às possibilidades de aprendizado modificou a visão de especialistas educacionais em relação à capacidade do SD em aprender (SSOTO, 2005).

O processo de aquisição da leitura e escrita em pessoas com a Síndrome de Down (SD) é tema de estudo frequente e de visões distintas, de acordo com diversos autores. Segundo Martini (1996, p.125), por exemplo, a linguagem oral deve anteceder a escrita, quando afirma que “o desenvolvimento das competências linguísticas é preliminar em relação à aprendizagem da escrita”. Para este autor, esta aprendizagem necessita de funções básicas: as linguísticas, que envolvem a consciência fonológica e a associação de fonemas a grafemas, e as viso-perceptivas (reconhecimento dos caracteres que definem cada letra) e práxicas (execução de um projeto motor específico para cada letra), aspectos nos quais a criança com Síndrome de Down frequentemente tem dificuldades.

Divodic (2004, p 34) apoia a tese do uso da leitura como método para ensinar a linguagem oral. Ressalta que “a deficiência de memória em curto prazo e a informação que a criança com SD recebe pela via auditiva lhe dificultam a compreensão da linguagem falada”. Pois, as palavras faladas existem somente por um breve período, enquanto que as palavras escritas, os símbolos, os desenhos e fotos, podem permanecer todo o tempo que seja necessário.

Além disso já se estudou sobre os aspectos cognitivos de crianças com SD que vêm justificar uma eventual dificuldade em sua alfabetização, assim resumidos por Troncoso e Mercedes (1998, p. 2): comprometimento dos mecanismos de atenção e iniciativa; da conduta e sociabilidade; dos processos de memória; os mecanismos de correlações, análise, cálculo e pensamento abstrato e dos processos de linguagem expressiva e receptiva.

Diante dessa realidade alguns estudiosos observam que alguns cuidados cotidianos na interação com a pessoa com síndrome de Down, podem impulsionar em muito o seu processo de aprendizagem. Entre esses cuidados, estão em apoiar em sinais e símbolos, a fala e as instruções /informações

das, falar clara e descritivamente-evitando o excesso de palavras, mas narrando ações/situações e usando adjetivos e advérbios, que ajudem a composição de um todo compreensivo mais amplo, proporcionando adicionalmente “pistas” para facilitar a percepção dos códigos e padrões linguísticos, habitualmente usados na linguagem falada e com a face voltada para a pessoa com SD e, sobretudo, a que se de tempo e oportunidades para que essa processe as informações e comunique-se satisfatoriamente (DANIELSKI, 2001).

eschel (2007) relata várias formas de impulsionar o aprendizado do sujeito com Síndrome de Down, considerando principalmente relevantes a utilização ensino/interdisciplinar, (tanto em relação a professores, quanto em relação a terapeutas), uso de suportes para manter presente e superar a informação, tais como ábaco, quadros numerados, números, letras de borracha, objetos contagem entre outros.

serva-se também que crianças com Síndrome de Down apresentam uma grande dificuldade na aquisição da linguagem, um processo que não é simples podendo causar até distúrbios na comunicação da criança. Crianças pequenas mesmo sem falar são capazes de entender tudo o que somos, devido aos gestos que utilizamos para nos referirmos a algo. Em crianças com Síndrome de Down não é diferente, quanto maior o diálogo de pais para filhos usando a gesticulação, maior será a acessibilidade de inseri-lo no mundo da linguagem. Segundo Horstmeier (1985), crianças com Síndrome de Down apresentam atrasos significativos na linguagem, e essa atitude dos pais é mais do que necessária para o desenvolvimento da criança.

de acordo com Schwartzman (1999) a criança com Síndrome de Down apresenta respostas quanto à aprendizagem de forma diferenciada das demais crianças, ou seja, aquelas que não apresentam esta síndrome ou outras alterações de aprendizagem possuem idade cronológica diferente da idade funcional.

sendo assim, para que exista aprendizagem é necessária uma integração dos processos neurológicos da evolução de funções como: esquema corporal, orientação temporo-espacial, lateralidade, percepção e linguagem. Pois, devido ao processo de aprendizagem o organismo ganha a capacidade de respostas de executar novas tarefas o que pode aprender a resolver adequadamente algumas situações, pois as experiências adquiridas ao responder a situações, levando a uma modificação de pensamento e a estabilidade de conduta (PIERRE e CHARLES, 1989).

no procedimento do processo de aprendizagem existem fases precisas no que diz respeito a fase formativa como: percepção, sensação e memória. Na percepção é a organização de uma estrutura responsável pela conservação e por completa corrigir os dados sensoriais, por isso é chamada de percepção.

sim, os sujeitos com Síndrome de Down não tem a percepção de distinguir muito bem o que vem, o fato ocorre devido à seletividade auditiva originando assim, várias dificuldades resultando reconhecimento e na elaboração dificultosa que surgem do som ou da mensagem. Na visão, ocorre estrabismo e outros problemas. No tato, há uma inexistência da consciência e da sensação, do que tocado. No paladar há uma tendência a se desligar ou regredir (PUESCHEL, 2000).

crianças com Síndrome de Down não conseguem se desenvolver espontaneamente, sendo este um fator importante para o processo de aprendizagem, uma vez que poderá apresentar várias dificuldades de aprendizagem na resolução de problemas e encontrar soluções sozinhas.

ante das informações expostas notou-se que as pessoas com Síndrome de Down tem possibilidade de aprendizagem sendo necessária apenas uma equipe de profissionais especializados para acompanhar e estimular corretamente o processo de aprendizado, assim a inclusão pode ocorrer de forma simples e natural, pois os SD são seres capazes e necessitam de uma inclusão real no contexto social.

2 A Escola Especial e a Escola Inclusiva

a educação inclusiva teve início nos Estados Unidos em 1975, com a Lei Pública 94.142, assim, o movimento, na década de oitenta, começou a ser difundido mundialmente a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiências. Em termos formais a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu na Assembleia Geral de 1990, a meta de concluir até o ano de 2010 o processo de construção de uma “sociedade para todos”.

este procedimento alavancou a abertura de possibilidades de inserir os SD em escolas regulares, no entanto, ainda em pleno século XXI é complicado esta inserção em prol da falta de profissionais da educação aptos a estimular de maneira adequada o potencial deste público.

Perreira e Machado (1980, p.56) ressaltam que “para crianças diferentes, educação diferente”, reza o princípio educativo. As crianças com atraso mental necessitam de uma educação apropriada, cuja denominação genérica é “educação especial”. Talvez a denominação não seja muito feliz, pois, desta forma, a educação da criança com atraso é regida pelos mesmos princípios que a educação de qualquer criança e, por outro lado, toda educação tem muito de especial, no sentido de ser específica e individualizada para determinados alunos. Seja como for, por educação especial entende-se o conjunto de processos educacionais apropriados, para determinados grupos de crianças, entre as quais se encontram as crianças com déficit intelectual (PERREIRA e MACHADO, 1980).

Atualmente a educação especial pode desenvolver-se em muitos meios e organizações institucionais

arentes. No entanto, a resposta institucional dominante às necessidades educacionais dos atrasos mentais foi, durante certo tempo, principalmente nos anos 50 e 60, a escola especial, a educação especial em aulas ou centros educacionais específicos. O princípio educacional de que crianças com atrasos mentais necessitam de educação diferente materializava-se em escolas diferentes ou, pelo menos, em salas de aula separadas dentro das escolas regulares. Supunha-se que as crianças com atrasos mentais não tirassem proveito em uma aula regular com colegas da mesma idade, e que estes, por sua vez, seriam também prejudicados por terem como colegas crianças atrasadas. A educação especial, com suas particularidades, tratava, portanto, de aulas e escolas especiais (PIERRE e CHARLES, 1989).

No entanto essa realidade vem sendo modificada e atualmente é mais comum encontrar crianças com atrasos mentais em classes regulares visto que a escola para elas é muito importante, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem e das atividades da vida diária.

De acordo com Schwartman (1999) esse aprendizado se dá de maneira informal e os resultados tem sido excelentes. Contudo, essas mesmas instituições educacionais, apresentam em seus alicerces a prática pedagógica tradicional pré-estabelecidos, não apresentando nenhum tipo de projeto para crianças com deficiência. Assim, sendo, a educação inclusiva fica restrita a um trabalho ligado apenas à socialização.

A visão desregulada que as pessoas com Síndrome de Down estão "a quem" enquanto, os outros estão "além", precisa ser mudada, mas para que isso ocorra é imprescindível uma mudança significativa em relação aos profissionais, já que, poucos estão qualificados para atender as necessidades específicas do Down em relação ao processo educacional, não somente o procedimento de inclusão é importante para os deficientes e seus familiares, mas a completa inclusão em todos os âmbitos (PIERRE e CHARLES, 1989).

Estudos realizados por Guskin e Spicker (1968) sobre a eficácia de programas de classes especiais relataram resultados nem sempre consistentes, mas, em geral, na direção de um funcionamento escolar melhor das crianças atrasadas de classes especiais e, em contrapartida, uma melhor adaptação social nas das classes regulares. Em uma comparação entre crianças de classes especiais e outras crianças atrasadas, semelhantes a elas, mas em listas de espera para poder frequentá-las, encontrou-se, somente, uma diferença significativa, e esta a favor dos que permaneciam em classes regulares, no progresso da aritmética.

Assim, o envio aleatório das crianças a classes especiais recém-criadas ou a classes regulares, os dados foram que os grupos não diferiam significativamente, no que diz respeito a mudanças no quociente de inteligência, nem em progressos dos conhecimentos sociais, que as crianças em classes especiais alcançaram qualificações mais altas em testes verbais de originalidade, fluência e

xibilidade do pensamento, mas se relacionavam pior que as das classes regulares com seus colegas próximos. As análises do quociente de inteligência fizeram com que se concluísse, neste estudo, que indivíduos com Quociente de Inteligência (QI) superior a 80 mostram um nível de funcionamento inferior nas classes regulares, enquanto os de QI igual ou inferior a 80 funcionam melhor em classes especiais (GUSKIN e SPINCKER, 1968).

A realidade apontada demonstra o quanto SD pode interagir conscientemente no universo das escolas regulares e Góes e Laplane (2004, p.10) lembra que, quando se aborda a questão da inclusão a ausência de referências as principais causas da desigualdade cria a ilusão de que a educação as muda e, consequência, de que a mudança nas formas de organização dos sistemas de ensino pode sozinho revertê-los". Portanto, é necessário um padrão de avaliação para que esta inserção ocorra de forma condizente com a realidade de cada SD.

Nesta forma observa-se que a sociedade é excludente e desrespeita os mais básicos direitos humanos a cada segundo. A exclusão social é evidente quando verificado o número de pessoas no país que vivem abaixo da linha da miséria, assim como a exclusão escolar é evidente no requisito preconceituoso principalmente relacionada às pessoas com alguma deficiência que são massacrados por serem simplesmente fora dos padrões impostos pela sociedade, afinal todos os seres humanos tem necessidade diferenciada para aprender, bastando apenas ter o acompanhamento adequado as suas necessidades (GÓES e LAPLANE, 2004).

Assim, o ideário da inclusão deve ser concebido como intervenção no real, isto é, não se deve admitir que o alunado permaneça do lado de fora, esperando a escola ficar pronta para recebê-lo. Trata-se de tê-la completamente aberta para aprender com a diversidade e a partir dela. Para isto, será necessário quebrar resistências, remover barreiras físicas e atitudes, enfrentando conflitos e tradições, revendo estratégias de aprendizagem, com ênfase na construção coletiva (PUESCHEL, 2012).

CONCLUSÃO

Serviu-se no decorrer do trabalho que o processo de aprendizagem do SD é demorado, mas

ando bem estimulados as pessoas com essa Síndrome conseguem desenvolver-se adequadamente tornam-se aptos a desempenhar atividades regulares do dia a dia como qualquer ser humano considerado normal. O acompanhamento regular através de profissionais adequados direcionando os mecanismos propícios para detectar os estímulos apropriados para a aprendizagem, favorece para o ariquecimento conhecimento dos SD os inseridos no contexto linguístico e cognitivo de maneira culiar a suas limitações.

nsidera-se que as dificuldades enfrentadas pela criança com SD, seus avanços e progressos bendem das características pessoais e do ambiente educacional ao qual está inserida. E o processo inclusão demonstrado durante o estudo evidencia que mesmo sendo um procedimento comum na alidade, exige uma cautela principalmente no período de adaptação em prol de não inibir o envolvimento do aprendiz do Down.

visão pedagógica, a estimulação precisa ser constante, seja no aspecto social, psicomotor ou apacional, proporcionando-lhes adquirir autonomia que facilite executar tarefas básicas .O cidadão n SD vem conquistando seu espaço na sociedade apesar do preconceito e desconhecimento de ia grande parcela, os avanços no processo de aprendizagem e no convívio social demonstram que limitações existem e devem ser trabalhadas apropriadamente para possibilitar que os considerados ferentes”, sejam integrados em escolas regulares. A escola inclusiva tem comprovado a ccessidade de mudança das práticas pedagógicas e atenção às pessoas com deficiência, cabe a esta aptar-se às necessidades dos deficientes e não o contrário, afim de equalizar a relação entre os res.

inclusão da pessoa com deficiência no cotidiano comum, pode garantir uma qualidade de vida recida a todos os cidadãos independente das limitações.

FERÊNCIAS

NDA, C.E. **The Child with Mongolism (Congenital Acromicria)**. New York: Grune; 1960.

SSOTO, M. L. (2005). **O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do rtador de Síndrome de Down**: revendo concepções e perspectivas educacionais. Ciências & gnição; Ano 02, Vol. 04, mar/2005.

ponível em:

/w.

nciasecognicao.org.

esso em: 01 de maio.

ENO, J.G. S. **Inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular.** São Paulo, 2000.

RDOSO, M.H.C.A. **Uma produção de significados sobre a síndrome de Down.** Cad Saúde Pública 2003.

OLEY W.C; GRAHAM, J.M. **Down syndrome:** An update and review for the primary pediatrician. n. Pediat., 1991.

NIELSKI, V. **A síndrome de Down uma contribuição à habilitação da criança Down.** São Paulo: Embu, 2001.

OWN, J.L. **Observations on the ethnic classification of idiots.** London Hospital Clinical Lectures and Reports 1886.

ÍES, M.C.R; LAPLANE, A.L.F (orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Moraes Associados, 2004.

RSTMEIER, D. A. Comunicação em Pueschel, S. (Org.) **Síndrome de Down:** guia para pais e educadores. Campinas, SP: Papirus,1990.

REMBERG, J.R et al. **Down syndrome phenotypes:** The consequences of chromosomal imbalances. Proc. Natl Acad. Sci USA, 1994.

RTINI, A.B. **Alfabetização Fônica.**

Disponível em:

www.

imnon.com

esso em: 01 de maio de 2013.

RCEDES, M. **EL DESARROLLO DE LAS PERSONAS CON SÍNDROME DE DOWN: UN ANÁLISIS NGITUDINA**, 1998,p.2.

ESCHEL, M.S. **Syndrome de Down**: Guia para Pais e Educadores, Tradução Maria Regina Lucena rges Osório. Porto Alegre: Artmed, 2007.

INTÃO, DTR. **Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação m o social**. Psicol. Soc., 2005.

HWARTZAN, J.S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

ONCOSO, M. V. e Del Cerro; M. M. **Síndrome de Down**: lectura y escritura - Cantabria, Espanha: sson S.A, 1998.

IVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 04.

A autora é graduada em Economia, professora da Faculdade Pio Décimo. Especialista em Didática Ensino Superior e Pedagogia Empresarial. Pesquisadora sobre a inclusão das pessoas com drome de Down nas escolas de ensino regular. Aluna do curso de mestrado em Ensino de Ciência e temática da Universidade Federal de Sergipe e professora da Faculdade Pio Décimo. (1) Professora tora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe

ebido em: 04/07/2016

ovado em: 05/07/2016

or Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

odo de Avaliação: Double Blind Review

SN:1982-3657

: